

USOS DO TEMPO LIVRE NA VILA HOLÂNDIA, CAMPINAS – SP

Silvia Cristina Franco Amaral
Henrique Okajima Nakamoto
Ana Paula C. Pereira

RESUMO

Este artigo é resultado de um estudo que passou por três fases entre 2006 e 2008. Hoje intitulado “Usos do tempo livre na Vila Holândia: o lugar das práticas corporais” caracteriza-se por uma mudança profunda em nossa concepção de cidadania e de pesquisa engajada. Esta pesquisa parte da crítica às ações pautadas na ampliação do acesso à cultura universalmente produzida (incluindo uma autocrítica), que não têm sido suficientes para que esta se torne orgânica as dinâmicas sociais locais. Propõe outra concepção para a democratização cultural, pautada no acesso e na valorização das formas de produção e consumo locais.

Palavras-Chave: Tempo Livre, ócio, Lazer, Comunidade

ABSTRACT

This article is a result from a study developed in three phases between 2006 and 2008. Currently named “Free time uses in Vila Holândia: the corporal practices place”, this research is characterized by a profound change in our conceptions of citizenship and engaged research. The study criticizes the actions concerning the expansion of access to universally produced culture (including self criticism), which have not been enough to allow the external culture to become organic to local dynamics. We propose another conception to cultural democratization, based on the access and the legitimation of forms of local production and consumption.

Key-words: Free Time, leisure, community

RESUMEN

Este artículo resulta de un estudio desarrollado en tres fases entre los años de 2006 y 2008. Hoy, entitulado “Los usos del tiempo libre en La Vila Holanda: El lugar de las practicas corporales” se caracteriza por un profundo cambio en nuestra concepción de ciudadanía y investigación participativa. En esta investigación hacemos una crítica a las acciones regladas desde lo acceso a la cultura universal (incluso una auto-critica), que no tiene sido suficiente para que la misma se torne orgánica a las dinámicas sociales locales. Proponemos una otra concepción a la democratización cultural, regulada en lo acceso y en la valoración de las formas de producción y consumo locales.

Palabras-clave: Tiempo Libre, ócio, comunidad

Introdução

Este trabalho é fruto de reflexões e análises realizadas a partir das ações referentes aos projetos “Lazer Itinerante” e “Lazer na comunidade”, conduzida pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEPL) da FEF – UNICAMP entre os anos de 2006 e 2008.

O primeiro projeto partiu de uma ação denominada “Rua de Lazer”, realizada dentro da UNICAMP em 2006, por alunos de uma disciplina de graduação¹ intitulada “*As interrelações entre Educação Física, Recreação e Estudos do Lazer*”. Em seguida, em um evento de comemoração dos 40 anos da UNICAMP, que reuniu duas mil pessoas, e o grupo de alunos que promoveu atividades de lazer neste evento, se interessou por discussões advindas do tema lazer e comunidade e se consolidou. Este foi o ponto de partida para a elaboração do projeto “Lazer Itinerante”, cujo objetivo era intervir em algumas comunidades de bairros da cidade de Campinas, realizando ações, no formato das Ruas de Lazer, oferecendo jogos e brincadeiras com a ajuda de estagiários e com os materiais disponíveis na Faculdade.

Tais ações, realizadas em bairros como Vila Marieta, Cidade Universitária, Centro do Distrito de Barão Geraldo e Vila Holândia, motivaram uma das integrantes do grupo a pesquisar acerca das razões pelas quais o lazer é considerado como elemento importante na vida cotidiana de alguns dos moradores envolvidos no projeto, tidos por seus pares como lideranças. Vilhena (2007) constata que um dos principais argumentos desses moradores é a necessidade de preservar a vida em comunidade, diante do empobrecimento da vida social na cidade de Campinas.

Com base nestas experiências, ao mesmo tempo em que a discussão sobre lazer em comunidade ganhou vulto, desde 2006, também instigou diversas perguntas, pois a forma como o projeto de extensão Lazer Itinerante era desenvolvido, não dava conta de responder questões que se faziam presentes antes, durante e após as intervenções. Vimos como necessário pensar outra forma de planejar e intervir, já que as ações de lazer em anos anteriores (2006 e 2007) se consolidaram como pontuais².

Pensamos que uma pesquisa mais aprofundada seria o caminho inicial para buscarmos respostas para alguns questionamentos. Para isso, foi imprescindível re-elaborar um planejamento pautado em ações que visassem um compartilhar de responsabilidades entre pesquisadores e pesquisados, ou seja, tomando como base uma operacionalização em conjunto com a comunidade partindo-se do pressuposto da intervenção como meio de “[...] contribuir para uma clarificação da prática vivida pelo grupo” (BRANDÃO, 1999; p. 28).

Com o intuito de atender estas expectativas, partimos de duas decisões iniciais importantes para o delineamento da pesquisa: a primeira foi eleger uma única comunidade para concentrar as intervenções, o que proporcionaria um contato maior com uma determinada realidade. E a segunda identificar uma metodologia que mais se aproximava da nossa proposta. Nesta perspectiva, optamos pela Vila Holândia, devido ao maior número de contatos e trabalhos já realizados no projeto anterior, e quanto à metodologia, a opção pela observação participante foi a que mais se aproximou da nossa proposta.

Desde então, os passos seguidos para as intervenções de lazer foram: a) reuniões com a comunidade para planejar, organizar e operacionalizar as ações de lazer, compartilhando este processo entre de pesquisadores e pesquisados; b) nestas reuniões o tema lazer devia estar em pauta, para discutirmos seus significados na comunidade; c) após cada intervenção realizar uma avaliação em conjunto (pesquisadores e pesquisados) sobre as questões que emergissem antes, durante e após o processo de

¹ Disciplina ministrada pela professora Silvia Cristina Franco Amaral no ano de 2006.

² Nos anos de 2006 e 2007 as intervenções de lazer foram realizadas com o objetivo de intervir em comunidades de bairros da região de Campinas, contudo intervimos no máximo duas vezes em cada local, caracterizando ações pontuais e descontínuas.

operacionalização. A esta nova sistemática e maneira de intervir denominamos “Lazer na Comunidade”.

O objetivo destas intervenções era conduzir este processo até o ponto em que os moradores estivessem aptos a planejar, organizar e operacionalizar as atividades de lazer na comunidade em torno de seus interesses independente dos pesquisadores.

No entanto, durante as ações, surgiram diversas inquietações a partir de percepções do entorno e da dinâmica comunitária local, que deram origem a um novo projeto para o ano de 2009, denominado “Usos do tempo livre na Vila Holândia: o lugar das práticas corporais”. O presente texto explicitará os aspectos teóricos e práticos envolvidos nessa nova reestruturação, sendo que a mesma, de modo geral, vincula-se a uma ampliação da noção de cidadania e de pesquisa engajada, levando em conta não apenas a importância do acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, mas também da valorização das formas de produção e consumo locais.

Como ressaltamos em um trabalho anterior (Nakamoto & Amaral, 2009), as intervenções de lazer em comunidades devem manter o objetivo de contribuir de modo significativo e não assistencialista ao desenvolvimento social; a ênfase na razão pedagógica e na diretividade do trabalho do agente do lazer; a formação crítica do mesmo; e a realização de ações compartilhadas entre pesquisadores e membros da comunidade.

Para isso, novas propostas metodológicas foram pensadas, uma vez que, os objetivos aos quais traçamos apresentaram lacunas. Podemos afirmar isto devido à constatação da ineficácia do modelo de intervenção utilizado anteriormente.

Do lazer “na” comunidade...

O que apresentamos aqui é uma autocrítica em relação às nossas intervenções na referida comunidade, no ano de 2008. Três intervenções, denominadas “Ruas de Lazer” foram realizadas, todas precedidas de reuniões com membros da comunidade, constituindo um trabalho compartilhado entre comunidade (pesquisados) e (pesquisadores). Neste formato os pesquisadores e estagiários da FEF-UNICAMP, em reuniões junto a moradores, discutiam a relevância do lazer para suas vidas, decidiam o local, as datas e as atividades que seriam desenvolvidas nos eventos e dividiam-se em tarefas³.

Tais eventos demandavam um trabalho coletivo intenso e dependiam do contato da comunidade e dos pesquisadores com empresas e pessoas que pudessem contribuir para a realização dos mesmos. Esse tipo de trabalho coletivo, organizando atividades e buscando contatos em função dos interesses comunitários, é o que esperávamos que os moradores pudessem futuramente realizar por conta própria. Porém, após a terceira intervenção, em Novembro de 2008, diante de alguns problemas observados, decidimos nos distanciar temporariamente da comunidade para analisarmos os dados que tínhamos até então (observações e gravações de reuniões e entrevistas) e reformular nosso projeto a partir disso.

No que se refere às reuniões, a participação dos moradores se restringiu a um número reduzido de famílias, cujos interesses, como percebemos depois, não podem ser considerados representativos em relação ao restante dos moradores. A cada intervenção, a capacidade de organização do grupo de pesquisadores aumentou, no entanto, a mobilização dos moradores para o cumprimento de tarefas que haviam sido propostas

³ divulgação do evento, fechamento da rua pela Emdec (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A), solicitação de água com a Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e o ponto de luz, o transporte de materiais e os lanches.

nas reuniões reduziu, fazendo com que a co-gestão caminhasse para o inverso do que esperávamos. O próprio número de participantes reduziu significativamente na última intervenção, uma vez que as atividades, oferecidas já não representavam novidades e, assim, deixaram de cativar o interesse coletivo. Tal interesse, por sua vez, desde o início, ficou quase restrito às crianças, enquanto os adolescentes e adultos apenas utilizaram o evento como local de encontro.

Somada à falta de interesse da maior parte dos moradores em participar da organização e dos eventos em si, outro fator que motivou nosso distanciamento foi a percepção de que alguns deles estariam reagindo de forma negativa às ações. Não há dados que explicitem as razões de tal reação. Uma hipótese é a existência de uma rivalidade entre grupos de famílias, que levou à participação parcial dos moradores junto ao grupo de pesquisadores e ao enfraquecimento das ações do projeto, que, ao ser apropriado por um grupo, foi conseqüentemente rejeitado pelo outro. Sendo isso verdade ou não, o que ficou certo para nós pesquisadores, é que errávamos ao intervir na comunidade sem antes conhecer sua dinâmica social específica.

Por mais que as reuniões buscassem compreender os interesses coletivos de forma ampla, não cumpriam essa função, pois a própria participação em reuniões resulta de um interesse específico quanto ao uso que um sujeito faz de seu tempo livre. As reuniões, apropriadas de forma restrita, não foram capazes de revelar interesses gerais. Assim, retiramo-nos, antes que tais conflitos aumentassem e nossa imagem se vinculasse de forma fixa a um pequeno grupo da comunidade, impossibilitando nosso diálogo com os demais.

Além disso, o questionamento direto, nas reuniões, sobre o lazer que os moradores possuíam e o que desejavam desfrutar, gerou respostas que se limitavam a uma pequena parte do tempo livre e da dinâmica social comunitária, referente ao que os moradores compreendiam como lazer: práticas culturais fetichizadas, voltadas prioritariamente ao público infantil, semelhantes às que são vendidas em *Buffets* de festas infantis, que ao serem repetidas, rapidamente perderam seu encanto, em contraste com o futebol e o pagode, já orgânicos e conduzidos de forma autônoma por grupos de moradores, que apesar de terem se apropriado do espaço por nós organizado, não parecem necessitar de nossa ajuda. Em suma, duas críticas podem ser feitas em relação a nossas ações: primeiro, que elas não partiram de um diálogo satisfatório com a comunidade, de modo que, para alguns, elas foram percebidas como imposição e nós como os expropriadores de seus espaços dominicais. Segundo, que ao mantermos o antigo formato da “Rua de Lazer”, visivelmente alheio ao cotidiano local, não conseguimos a organicidade necessária aos novos objetivos.

... ao lazer “da” comunidade

Ao tomarmos consciência do caráter impositivo que nossas ações seguiram apesar da ênfase na co-gestão, nosso recuo da realidade estudada se deu perspectivando um retorno posterior, livre do desejo missionário, preocupado menos em oferecer o que lhes falta e mais com a compreensão da complexidade da rede social local, pela qual havíamos sido capturados. Neste sentido, o projeto, agora intitulado “Usos do tempo livre na Vila Holândia: o lugar das práticas corporais” adota, para o ano de 2009, um objetivo que consideramos mais respeitoso, buscando responder à seguinte pergunta: quais os usos do tempo livre, em especial aquele que acontece por meio das práticas corporais, pelos moradores da Vila Holândia, da década de 1970 até hoje. A questão central foi formulada a partir de impressões primeiras, mas levando em conta que será

nos olhares microscópicos, próximos ao cotidiano, que poderemos captar de forma mais profunda essa realidade específica, dando voz aos sujeitos que nela vivem.

As aproximações prévias na realidade focada, no ano anterior, permitiram-nos identificar alguns espaços de convívio no entorno. Porém, não fizemos observações que embasem uma descrição profunda das formas de apropriação dos mesmos pelos moradores. Situada à margem da Estrada da Rhodia, a seis quilômetros do centro de Barão Geraldo, a Vila Holândia é composta por três pequenas ruas, Caieras, Cerquilho e Servidão que, interligadas em formato de “U”, perpassam as residências dos moradores locais. À frente, na outra margem da estrada, encontra-se um loteamento ainda com poucas casas construídas. Aos lados, condomínios fechados recentemente instalados e atrás a Mata do Quilombo. Verificamos que as próprias ruas são espaços de encontro, bem movimentadas aos fins de semanas, com crianças e adultos conversando, brincando e circulando, o que revela a existência de uma vida comunitária ainda significativa. Além das ruas, outros espaços parecem constituir pontos importantes para essa dinâmica social local, tais como o “Centro Cultural Casarão do Barão”, a “Fazenda Quilombo”, diversos bares, um clube, duas igrejas, uma Católica e outra Evangélica, um Centro Espírita, campos de futebol, a “Escola Estadual Francisco Álvares” e um pequeno trecho de mata nativa no qual existe uma pequena represa.

Apesar da riqueza descrita, o caminho físico que percorremos até chegar à Vila oferece elementos importantes para compreendermos as transformações que a mesma tem sofrido nos últimos anos, que constituem um cenário de aparente expropriação dos espaços de convívio comunitários. Entramos na “Estrada da Rodhia” em Barão Geraldo, indo em direção à Vila Holândia e, em poucos metros no trajeto surgem outdoors que anunciam a exploração imobiliária local, através de promessas que não parecem ser direcionadas aos moradores da Vila. “Condomínio fechado – lazer completo”; “Loteamento fechado – terrenos de 400 m², totalmente murado, portaria com portões eletrônicos, sistema de vigilância e cerca elétrica”; “*Você e sua família respirando bem-estar – infra-estrutura completa, região com alta valorização*”; “*Você merece viver bem – loteamentos fechados, completa infra-estrutura*”; “*Aqui a qualidade de vida vai ganhar novo sentido – casas isoladas, 10 mil m² com muito lazer, mata nativa, espaço Gourmet*”; “*3 suítes e 4 dorm. (2 suítes) – quintal privativo, lazer e fitness*”; “*Sua vida vai ganhar um colorido especial! Condomínio fechado, clube completo, terrenos de 400 m²*”.

A chegada dos novos moradores dá ao local uma inserção significativa na internet, como foi constatado na ação denominada “mapeamento virtual”, realizada em novembro de 2008 por integrantes do grupo de pesquisadores envolvidos. A ação consistiu em analisar os resultados da busca pelo termo “Vila Holândia” no endereço www.google.com.br. As dez primeiras páginas de resultados foram analisadas, cada uma contendo *links* para outras dez, estas relacionadas com a Vila Holândia. Podemos afirmar que os principais tópicos encontrados na pesquisa foram: a venda de imóveis em páginas de imobiliárias e a preservação ambiental da mata nativa da região, em projetos de educação ambiental, pesquisas de catalogação de espécies e notícias sobre ações de tombamento. Tais temas, por sua vez, parecem constituir pólos opostos de tensão, uma vez que a degradação ambiental, vinculada ao lixo que é jogado pelos próprios moradores da comunidade e à sujeira que o rio traz após atravessar toda a cidade, tem relação também com a devastação causada pela expansão urbana. Além disso, tais dados mostram que os moradores da Vila são em grande medida alheios à inserção da mesma no universo virtual, uma vez que ambos os pólos identificados (da expropriação e da preservação) são geridos por forças externas e não pautados por interesses locais.

No entanto, o respeito anteriormente mencionado, implica o cuidado de considerarmos que essa percepção do problema, produzida a partir de tais descrições, pode não condizer com a realidade vivida e pensada pelos moradores. Não temos parâmetros comparativos suficientes entre o lazer que existia e o que existe hoje na comunidade, portanto, não sabemos se, de fato, o de antes promovia vida comunitária e fruição de práticas culturais, entre elas as práticas corporais, nem se, com a situação do entorno modificada pela expropriação imobiliária e com a introdução de novas formas de consumo, novos usos do tempo livre foram criados e melhoraram a vida em comunidade. Ou seja, apesar de em determinado momento termos reconhecido o fetiche e o efêmero nas atividades escolhidas e organizadas junto à comunidade no ano anterior, não podemos tomar isso como regra geral e, assim, não negamos a possibilidade de que produtos veiculados de forma massiva e homogênea venham a ser consumidos e apropriados de forma significativa e específica pela comunidade em questão. Isso, pois, o respeito implica também não taxarmos o consumo local de alienado e os consumidores de fúteis sem antes conhecer de perto o valor simbólico específico dos mesmos.

Uma nova perspectiva

Contraopondo a idéia de que os produtos veiculados em larga escala em nossa sociedade constituem uma cultura “de” massas, ou seja, algo que é próprio dos sujeitos, Adorno e Horkheimer, na obra “Dialética do Esclarecimento” (1995), introduzem o termo *indústria cultural* para explicar como a cultura e particularmente a arte assumem um papel ambíguo, servindo de promessa aos desejos de liberdade e felicidade que são inviabilizados na modernidade, projetando-os numa esfera ilusória, na qual o *status quo* irá pacificá-los. Segundo Maar (2003), “a alteração de “cultura de massas” para *indústria cultural explica-se justamente pela preocupação (dos autores) com o essencial em sua perspectiva: apreender a tendência à determinação total da vida em todas as suas dimensões pela formação social capitalista*”.

No que se refere ao tempo livre, Adorno, na obra “Palavras e Sinais” (1995), critica os usos do mesmo por meio dos *hobbies*, sendo que podemos estender essa crítica ao lazer, segundo o conceito que adotamos do mesmo, como produto da modernidade, vinculado à compensação da alienação, do aborrecimento e da fadiga gerados na vida laboral, e ao consumo de produtos da já mencionada indústria cultural no tempo fora do trabalho, atendendo, de ambas as formas, aos interesses do capital. O lazer, nessa perspectiva, é uma paródia, tendendo justamente no sentido oposto da liberdade que prega, reproduzindo a lógica do trabalho alienado, num continuum de não liberdade e alienação. É neste sentido que Adorno (1995) afirma não ter quaisquer *hobbies*, ou seja, ocupações em que se jogaria absurdamente só para matar o tempo, pois as atividades que realiza fora de seu trabalho oficial são momentos integrais de sua existência, de modo que o termo em questão seria escárnio com relação a elas.

A expectativa de um tempo livre no qual o desfrute leve os sujeitos a uma liberdade prometida, de êxtase, promovida por meio do consumo de determinados produtos da indústria cultural, promove o fetichismo, ou seja, a valorização de objetos materiais por características que são conferidas pelas relações sociais de dominantes. Segundo Adorno, a fruição do tempo livre é substituída pela fruição dos produtos para o tempo livre, pela ação da indústria cultural que, por sua vez, faz com que toda cultura de massas se torne idêntica, tendo seu esqueleto, sua ossatura conceitual fabricada por aquela. Cada expressão, cada notícia e cada pensamento estão pré-formados pelos centros da indústria cultural, e o que não trás o vestígio familiar de tal pré-formação é, de antemão, indigno de crédito. Por fim, a impossibilidade de escapar do sempre igual,

faz com que prevaleça o tédio nas condições atuais de existência humana, sendo que este, diretamente vinculado à obsolescência dos produtos, exerce a importante função de acelerar o consumo e o lucro das classes dominantes.

Apesar da ênfase no aspecto da dominação cultural, Adorno (1995) considera que a indústria cultural e a lógica capitalista não apreendem totalmente a vida humana, pois os interesses reais dos indivíduos ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistirem à apreensão total, o que, por sua vez, poderá levar-nos à emancipação e à transformação do chamado tempo livre em liberdade plena. No entanto, deixando prevalecer certo pessimismo, o autor não oferece maiores contribuições sobre essa possibilidade de emancipação. Sem negar as contribuições de Adorno, nossa posição teórica atual reforça a idéia de que, apesar do avanço da modernização em comunidades como a Vila Holândia (tanto no sentido da expropriação territorial quanto no sentido do consumo de produtos da indústria cultural), não há como saber a priori se isso, de fato, é vivido como perda e como enfraquecimento da vida comunitária pelos moradores.

Tal posição distingue-se de um marxismo denominado por Munné (1980) como “ortodoxo”, para o qual o tempo livre, como tempo no qual o homem pode se identificar com ele mesmo é completamente incompatível com a cultura mercadorizada e com o trabalho alienado, voltado ao mundo das necessidades. Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento universal do homem e sua atitude transformadora não se darão apenas com o aumento do tempo livre, mas demandam uma orientação através da organização pública desse tempo. Em outras palavras, a liberdade só será possível quando o trabalho alienado e a cultura mercadorizada forem extintos. No que se refere ao tempo fora do trabalho, os cidadãos, tidos como alienados, dominados pela indústria cultural e condenados ao fútil e ao efêmero, necessitam ter seu tempo planejado e externamente determinado pelo Estado, cujo dever é educar para uma suposta “cultura verdadeira”.

Mantemos em vista os aspectos perversos de dominação e de exploração, não caindo assim em um posicionamento ingênuo a favor do consumo massivo e não ficando cegos ao fetichismo, ao tédio e à obsolescência dos produtos, que inclusive, reconhecemos ao descrevermos as atividades realizadas em nossas “Ruas de Lazer”. Porém, a perspectiva que adotamos atualmente pode ser chamada, segundo a denominação de Munné, de um marxismo revisionista, que, sob um ponto de vista dialético, leva em conta os aspectos contraditórios da realidade.

Em relação ao tempo fora do trabalho, consideramos a existência simultânea e contraditória da liberdade e da não liberdade nas práticas culturais, sendo estas, ao mesmo tempo, atividades totais e residuais, ricas e monótonas, que reproduzem e denunciam. Assim, em nossa pesquisa, a compreensão da liberdade não se limitará à busca de práticas pré-modernas, aparentemente distintas do atual “lazer” e supostamente livres da racionalidade, do industrialismo e do capitalismo. Ao invés disso, estaremos atentos, por um lado, às formas auto-condicionadas com as quais a comunidade se apropria das práticas de lazer, não as enxergando exclusivamente em seus aspectos compensatórios e mercadológicos, e, por outro, às formas pelas quais possíveis práticas tradicionais existentes na comunidade se modificam para poderem se inserir na modernidade.

Distanciamos-nos, assim, de uma perspectiva romântica das tradições e de uma perspectiva apocalíptica do consumo, correspondendo à idéia de “hibridismo cultural” que, segundo Canclini (2006), tira a base da noção fundamentalista de identidade, superando o simples reconhecimento segregado da pluralidade de culturas. Porém, ressalta o autor, os estudos sobre hibridação não devem se limitar à descrição das

misturas interculturais, mas devem analisá-las, interpretando e explicando as relações de sentido que se reconstróem nas mesmas, relacionando-as às ambivalências da industrialização e da globalização e aos conflitos de poder que se formam em torno de processos simbólicos. Essa análise não deve, portanto, ter um tom celebrativo e ingênuo, que aborde a integração cultural como algo harmonioso e sempre bom, livre de contradições e conflitos.

Além disso, essa aproximação das culturas não implica considerar o tempo livre sob o que Munné (1980) chama de “perspectiva burguesa”, pautada, segundo o autor: no subjetivismo no plano psicológico, que supervaloriza a sensação de liberdade e o espontaneísmo irrefletido das ações; o individualismo no plano sociológico, pelo qual a personalidade individual independe de seus determinantes coletivos; e o liberalismo no plano político, pautado na não intervenção do Estado neste tempo. Pelo contrário, para nós, e de acordo com o que defende o autor, a liberdade é o aspecto auto-condicionado do tempo social, tanto no trabalho quanto fora dele. O termo “auto-condicionamento” remete à idéia de que a liberdade não é contrária aos condicionantes sociais, mas é uma situação em que o sujeito, ao participar de uma coletividade, determina intersubjetivamente suas próprias condições. Ou seja, refere-se às redes de relacionamentos construídas pelos próprios sujeitos, que existem como modos específicos de apropriação das formas de produção e consumo, impostas de forma “hetero-condicionada” pela modernidade, e que para se manterem vivas, demandam dos sujeitos não o espontaneísmo, mas sim a correspondência a uma dinâmica local e, portanto, a formação segundo códigos específicos.

Por fim, no plano político, contrários à perspectiva liberal, não defendemos a ausência de políticas culturais, mas sim que as mesmas levem em conta a pluralidade das realidades, buscando, no lugar de impor uma suposta cultura verdadeira, dar legitimidade às dinâmicas locais. Não queremos, com isso, cair no relativismo cultural para o qual tudo vale, mas sim resgatar da marginalidade, dentre os vários aspectos de uma cultura, aqueles que, legitimados, podem fortalecer politicamente uma coletividade perante a sociedade mais ampla. Acreditamos, portanto, que as políticas culturais e demais ações que, como a nossa, buscam intervir no tempo livre de comunidades, devem levar em conta que:

A distância de uma situação de co-gestão para uma situação de auto-gestão é tão grande quanto a diferença educacional, política e econômica entre o grupo de pesquisadores provenientes da academia e os membros da comunidade. Para que essa distância seja percorrida, é necessário um processo de constante incorporação de valores e símbolos culturais pela comunidade que, por sua vez, só é possível através de uma profunda investigação da cultura local, conhecendo não apenas seus problemas, necessidades, possibilidades e limitações a partir de uma visão distanciada, mas também suas formas específicas de produção e consumo, para que esse processo se dê de forma orgânica. Ou seja, é necessário unir o caráter pedagógico da ação dos pesquisadores ao respeito à diversidade, o crítico ao orgânico, o externo ao interno (Nakamoto & Amaral, 2009).

Este pensamento embasa o segundo momento previsto em nosso novo projeto, cuja proposta será organizar oficinas de práticas corporais junto à comunidade, após

verificarmos, no primeiro momento, aquelas que podem ser implementadas de forma orgânica no local, de modo que possam, futuramente, ser conduzidas pelos próprios moradores. Ou seja, não abandonamos a perspectiva engajada, de contribuir para o desenvolvimento auto-condicionado da comunidade, mas sim, propomo-nos a pensar a auto-gestão a partir do que a comunidade já tem, ou seja, a contribuir para a legitimação de sua diferença e não para a eliminação da mesma diante da sociedade mais ampla.

Referências

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. RJ: Zahar, 1995.
- ADORNO, THEODOR. *Palavras e sinais- modelos críticos*. RJ: Vozes, 1995.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e Cidadãos. Conflitos Multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- _____. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo, Editora USP, 2006
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Capacitação de animadores sócio-culturais*. São José dos Campos – SP; Prefeitura Municipal de São José dos Campos – Secretaria de Esportes e Lazer, 1996.
- NAKAMOTO, Henrique Okajima & AMARAL, Sílvia Cristina Franco. A História Oral como Possibilidade na Investigação e Intervenção do Lazer em Comunidades. In: *X O Lazer em Debate*. Belo Horizonte, MG. 2009 (no prelo).
- VILHENA, Ana. *Memórias da Educação para e pelo Lazer – o ontem e o hoje na cidade de Campinas – SP*. Monografia de conclusão de curso orientada pela Profa. Dra. Sílvia Cristina Franco Amaral. UNICAMP, Campinas, 2008.
-

Silvia Cristina Franco Amaral
Departamento de Educação Motora da FEF-UNICAMP.

Henrique Okajima Nakamoto
Mestrando do Programa de Pós-Graduação da FEF-UNICAMP

Ana Paula C. Pereira
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da FEF-UNICAMP

Endereço (Henrique): Rua Coronel Quirino nº 599, ap: 111 – Bairro: Cambuí –
Campinas, SP. CEP: 13025-001
E-mail: quinhoroux@yahoo.com.br
Recurso tecnológico: Data Show